

PERFIL DE PROJETO (PP)

BRASIL

PROFISCO – ALAGOAS

PROJETO DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FAZENDÁRIA DE ALAGOAS (PROFISCAL/AL) (BR-L1230)

EMPRÉSTIMO INDIVIDUAL DA LINHA DE CRÉDITO CONDICIONAL DO PROGRAMA DE APOIO À GESTÃO E INTEGRAÇÃO DOS FISCOS NO BRASIL (PROFISCO BR-X1005)

I. DADOS BÁSICOS

Título do Projeto:	Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fazendária de Alagoas	
Número do Projeto:	BR-L1230	
Equipe do Projeto:	Luiz Villela (ICF/FMM), Chefe de Equipe; Patricia Bakaj (FMM/CBR); Teresa Maurea Faria (LEG/SGO); Fernando Glasman (CSC/CBR); Roberto Monteverde (CSC/CBR); Eugenio Lira (Consultor); Cecília Bernedo (ICF/FMM); e Cristiane Vasconcelos (ICF/FMM).	
Fiador:	República Federativa do Brasil	
Mutuário:	Estado de Alagoas	
Órgão executor:	Estado de Alagoas, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas (SEFAZ/AL)	
Plano de financiamento:	IDB: (CO)	US\$ 7,0 milhões
	Local	US\$ 3,0 milhões
	Total	US\$ 10,0 milhões
Salvaguardas:	Políticas identificadas:	Nenhuma
	Categoria:	“C”

II. JUSTIFICATIVA GERAL

2.1 A presente operação faz parte da Linha de Crédito Condicional CCLIP-PROFISCO (BR-X1005), aprovada pela Diretoria Executiva do Banco por meio da Resolução DE-132/2008, de 5 de novembro de 2008.

A. Aspectos sócio-econômicos.

2.2 O Estado de Alagoas está localizado na região Nordeste e é eminentemente agrícola e exportador de açúcar e seus derivados. O setor sucroalcooleiro vem sofrendo com a crise mundial, uma vez que cerca de 90% da produção estadual é exportada. Apesar do setor não gerar diretamente muita receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), dada a sua importância para a economia do Estado, está havendo redução de empregos e se prevê que haverá redução do consumo das famílias e, conseqüentemente, do ICMS das vendas do varejo. Como 54% da receita do Estado é oriunda das transferências da União, cuja arrecadação vem sendo afetada pela crise e pelas ações para mitigá-la, Alagoas necessitará envidar esforços ainda maiores para aumentar sua arrecadação própria e controlar melhor seus gastos.

B. Situação Fiscal

- 2.3 O Estado de Alagoas vem cumprindo os compromissos assumidos com o Governo Federal relativos ao Programa de Ajuste Fiscal (PAF), assim como vem atendendo às condições exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)¹. O quadro abaixo sintetiza alguns dos principais indicadores fiscais.

Quadro 2.1: Desempenho Fiscal

Especificação	Realizado 2007 R\$ milhões	Realizado 2008 R\$ milhões	Variação	
			Valor	%
I - Receita Não Financeira	3.240	3.740	500	15,4
II - Despesa Não Financeira	2.614	3.244	630	24,1
III - Resultado Primário (I-II)	626	426	(200)	(31,9)
IV - Juros Nominais	128	120	(8)	(6,2)
V - Investimentos	150	338	188	125,3
VI - Receita Corrente Líquida	3.105	3.528	423	13,6
VII - Gasto de Pessoal	1.455	1.618	163	11,2
VIII - Pessoal / RCL	55,9%	55,4%		
IX - Dívida Consolidada	6.218	6.955	737	11,9
X - Dívida / RCL	200,2%	197,1%		

Fonte: Relatórios de Gestão e da Execução Orçamentária. Secretaria do Tesouro Nacional
http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/sistn.asp

- 2.4 Com relação à evolução da **Receita Tributária**, a do Estado de Alagoas passou de R\$1.594 milhões em 2007 para R\$1.820 milhões em 2008 caracterizando uma evolução de 14,18%, da qual a arrecadação do ICMS evoluiu 13,46%, IPVA 15,92%, ITCMD 10,47% e outras receitas 19,34%. A arrecadação própria corresponde a apenas 46% das receitas totais, evidenciando a forte dependência de transferências da União.

C. A gestão fiscal do Estado de Alagoas, avanços e tarefas pendentes.

- 2.5 Nos últimos anos, a SEFAZ/AL desenvolveu um amplo processo de fortalecimento institucional, financiado em grande medida com recursos do Banco, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE). A gestão fiscal (tributária e financeira), na última década, alcançou os seguintes avanços: (i) implantação do processo de automação da arrecadação via rede bancária, melhorando a qualidade das informações de arrecadação e reduzindo o tempo de transferência da arrecadação dos bancos para o tesouro; (ii) implantação das “Centrais Já” de atendimento ao cidadão e criação da central de teletendimento; (iii) implantação do Sistema de Planejamento e Gestão (SIPLAG) e do Sistema Integrado de Administração Financeira dos

¹ Embora o Estado como um todo esteja dentro do limite de gastos com pessoal (próximo do limite máximo), as despesas com pessoal do Poder Legislativo (máximo de 3%, incluindo o Tribunal de Contas) e com o Ministério Público (máximo de 2%) alcançam 4,33% e 2,02%, respectivamente. Também, o Estado contraiu uma dívida com o Estado do Paraná, considerada como violação aos acordos de refinanciamento firmados com a União. Liminar da Justiça e excepcionais concedidas pelo Governo Federal a projetos de modernização fiscal, como o PROFISCO, permitem a contratação da presente operação

Estados e Municípios (SIAFEM), que apóiam a elaboração e a execução do orçamento; e (iv) implantação da Coordenadoria de Auditoria Interna (CAI).

- 2.6 **Principais desafios.** Não obstante os bons resultados já alcançados constata-se que a gestão fiscal do Estado de Alagoas ainda enfrenta os seguintes desafios por área conforme segue:
- 2.7 **Gestão estratégica:** (i) falta de visão sistêmica e de articulação entre as ações da SEFAZ; (ii) ineficiência dos processos organizacionais; (iii) incapacidade de avaliação de impactos e riscos fiscais para tomada de decisão; e (iv) baixo índice de cooperação técnica entre as unidades federativas.
- 2.8 **Administração tributária e contencioso fiscal:** (i) aplicação incorreta da legislação tributária; (ii) baixa recuperação do crédito tributário na esfera administrativa; (iii) benefícios fiscais e regimes especiais não controlados; (iv) baixo retorno da ação fiscal; (v) baixa produtividade de ações de inteligência fiscal; e (vi) baixa recuperação do crédito tributário na esfera judicial.
- 2.9 **Administração financeira, patrimonial e de controle interno:** (i) esgotamento da capacidade da Superintendência do Tesouro Estadual de atendimento às demandas internas e externas; (ii) risco de inadequação da contabilidade do Estado ao Novo Plano de Contas nacional e aos novos procedimentos e relatórios contábeis; (iii) controle ineficiente da Dívida Pública; (iv) baixo controle dos procedimentos operacionais; e (v) deficiências nas atividades da Corregedoria da SEFAZ.
- 2.10 **Recursos estratégicos:** (i) baixa qualidade do atendimento ao contribuinte; (ii) descontinuidade de projetos que envolvem a área de tecnologia da informação; (iii) incapacidade do parque tecnológico (Tecnologia da Informação e Comunicações – TIC) em atender as novas demandas da SEFAZ; (iv) alta vulnerabilidade na segurança e morosidade na tramitação de documentos; e (v) baixa produtividade e aproveitamento inadequado do potencial dos servidores.

D. Objetivos e resultados esperados.

- 2.11 Este Projeto integra a Linha de Crédito CCLIP-PROFISCO e tem como objetivo geral consolidar e aperfeiçoar o processo de reestruturação e modernização da administração fiscal e financeira do Estado. O Projeto está estruturado em 4 (quatro) componentes que incluem seus respectivos sub-componentes:
- 2.12 **Componente I – Integração estratégica da gestão fazendária:** (i) implantação do planejamento estratégico sistemático da SEFAZ; (ii) redesenho e implantação de macro processos organizacionais; (iii) implantação de setor de estudos econômicos que utilize metodologia de análise de impacto e previsão de potenciais de receita e despesa; e (iv) implantação de programa de cooperação interinstitucional nacional e internacional.
- 2.13 **Componente II – Administração tributária e contencioso fiscal:** (i) revisão e consolidação da legislação tributária com disponibilização na web e utilização de

- ferramenta de busca por múltiplos critérios e com sistemática de atualização permanente; (ii) revisão do modelo de cobrança administrativa; (iii) implantação de mecanismos automatizados de controle dos benefícios fiscais e de regimes especiais; (iv) implantação de novo modelo de fiscalização do trânsito e de estabelecimentos; (v) implantação de novo modelo de gestão da área de Inteligência Fiscal; e (vi) implantação de novo modelo de cobrança e acompanhamento do crédito tributário judicial.
- 2.14 **Componente III – Administração financeira, patrimonial e controle interno:** (i) implantação de novo modelo de organização e gestão da Secretaria do Tesouro Estadual; (ii) atualização, padronização e implantação de plano de contas, procedimentos e demonstrativos contábeis; (iii) implantação do sistema de controle da dívida pública; (iv) implantação de novo modelo de auditoria interna; e (v) implantação de novos procedimentos de correição.
- 2.15 **Componente IV – Gestão de recursos fazendários estratégicos:** (i) ampliação e aperfeiçoamento do serviço de atendimento ao contribuinte; (ii) implantação de plano diretor de TI; (iii) redimensionamento e atualização do parque tecnológico; (iv) implantação do gerenciamento eletrônico de documentos (GED); (v) implantação de novo modelo de gestão de recursos humanos; e (vi) implantação de programa de capacitação continuada dos servidores.
- 2.16 **Resultados Esperados.** Os resultados esperados mais relevantes como conseqüência da execução do Projeto são: (i) redesenho de macro processos organizacionais com manualização de procedimentos; (ii) aumento do valor recolhido dos créditos tributários por meio de cobrança administrativa; (iii) controle das empresas que utilizam benefícios fiscais e regimes especiais; (iv) aumento do rendimento médio por ação fiscal; (v) automação das rotinas de fiscalização, processos administrativos e lançamentos em dívida ativa; (vi) aumento da recuperação do crédito tributário inscrito na dívida ativa; (vii) adequação dos procedimentos contábeis à nova legislação federal; (viii) automação do monitoramento da dívida pública; (ix) implantação de unidades de auto-atendimento ao cidadão; (x) aumento do número de serviços disponibilizados via web; (xi) implantação de Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI); e (xii) implantação de novo modelo de gestão de recursos humanos.
- 2.17 **Impactos.** O Projeto contribuirá para: (i) o equilíbrio fiscal sustentável, com repercussão na economia do Estado; (ii) a ampliação da sua capacidade de investimento; e (iii) o aumento da satisfação do cidadão.
- 2.18 O Estado de Alagoas está contratando financiamento de R\$ 7 milhões junto ao BNDES/PMAE, aprovado pela diretoria em 16/04/2009, para financiar as ações relativas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Desta forma, estas ações de integração dos fiscos estaduais estão sendo asseguradas, não estão sendo contempladas na presente operação.

III. ASPECTOS DO DESENHO E CONHECIMENTO DO SETOR

- 3.1 A presente operação é continuação de uma importante experiência desenvolvida pelo Banco apoiando os processos de modernização na área fiscal e financeira nas três esferas de governo em seus diferentes poderes: (i) Programa de Modernização da Receita Federal; (ii) PNAFE; (iii) Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM); e (iv) Fortalecimento da Gestão Fiscal dos Estados de São Paulo e Bahia.
- 3.2 O Projeto será coordenado pela Unidade de Coordenação do Projeto (UCP), com equipe técnica constituída por servidores do quadro permanente do Estado de Alagoas.

IV. SALVAGUARDAS

- 4.1 Em relação às questões ambientais, o Projeto obteve uma classificação “C”, de acordo com os critérios da “Política de Salvaguardas Ambientais do Banco (OP-703)”. Por se tratar de operação de modernização institucional de uma Secretaria de Fazenda, não se prevê riscos de impactos ambientais negativos (ver anexo II e III).

V. OUTROS TEMAS

- 5.1 A análise de riscos do Projeto será realizada pela equipe fiduciária do Banco na Representação (CSC/CBR) durante a missão de análise e seus resultados serão considerados no desenho da Operação.

VI. RECURSOS E CRONOGRAMA

- 6.1 O Anexo IV apresenta o atual estágio de desenvolvimento do Projeto. O anexo V detalha o cronograma de preparação, os recursos (US\$46,960) requeridos para financiar a realização das missões e estabelece as etapas para preparação da Proposta de Desenvolvimento de Operação (POD), cuja distribuição está prevista para o dia 31 de agosto de 2009.

Anexo I

Este anexo fue extraido por ser confidencial.

SAFEGUARD POLICY FILTER REPORT

This Report provides guidance for project teams on safeguard policy triggers and should be attached as an annex to the Project Concept Document (or equivalent) together with the Safeguard Screening Form, and sent to ESR.

PROJECT DETAILS	IDB Sector	Reform/Modernization of the State
	Project Type	Innovation Loan
	Additional Operation Details	
	Country	Brazil
	Project Status	New Operation
	Investment Checklist	Institutional Development Investment
	Team Leader	Luiz Villela
	Project Title	PROJETO DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FAZENDÁRIA DE ALAGOAS
	Project Number	BR-L1230
	Safeguard Specialist(s)	Arcindo Santos
	Assessment Date	2009-04-02
	Assessment Number	2009-04021243-2
	Additional Comments	

SAFEGUARD POLICY FILTER RESULTS	Project Type	Innovation Loan
	Safeguard Policy Items Identified (Yes)	No issues identified
	Potential Safeguard Policy Items (?)	No potential issues identified
	Recommended Action	Operation has not triggered any Policy Directives. Complete Project Classification Tool. Submit Safeguard Policy Filter Report, PCD (or equivalent) and Safeguard Screening Form to ESR. <i>Policy Directives can be accessed from the Resources tab on the Toolkit home page.</i>
	Additional Comments	

ASSESSOR DETAILS	Name of person who completed screening:	
	Title	
	Date	2009-04-02

SAFEGUARD SCREENING FORM

This Report provides a summary of the project classification process and is consistent with Safeguard Screening Form requirements. The printed Report should be attached as an annex to the Project Concept Document (or equivalent) together with the Safeguard Policy Filter Report) and sent to ESR.

PROJECT DETAILS	IDB Sector	Reform/Modernization of the State
	Project Type	Investment Loan
	Additional Operation Details	
	Country	Brazil
	Project Status	New Operation
	Investment Checklist	Institutional Development Investment
	Team Leader	Luiz Villela
	Project Title	PROJETO DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FAZENDÁRIA DE ALAGOAS
	Project Number	BR-L1230
	Safeguard Specialist(s)	Arcindo Santos
	Assessment Date	2009-04-02
	Assessment Number	2009-04021520-2
	Additional Comments	

PROJECT CLASSIFICATION SUMMARY	Project Category: C	Override Rating:	Override Justification:
			Comments:
	Conditions/Recommendations	<ul style="list-style-type: none"> • Normally no environmental impact assessment studies or consultations are required for Category "C" operations. • Some Category "C" operations may require specific safeguard/monitoring requirements (Policy Directive B.3). These operations will establish safeguard/monitoring requirements for environmental and other risks (social, disaster, cultural, H&S etc.) • The Project Team must send to ESR the PP or PCD (or similar) containing the E&S Strategy (the requirements for an ESS are described in the Environment Policy Guideline: Directive B.3) plus the Safeguard Policy Filter and Screening Form Reports. <p style="text-align: right; font-size: small;"><i>Policy Directives can be accessed from the Resources tab on the Toolkit home page.</i></p>	

SUMMARY OF IMPACTS/RISKS AND POTENTIAL SOLUTIONS	Identified Impacts/Risks	Potential Solutions
	No issues identified	

ASSESSOR DETAILS	Name of person who completed screening:	Date:
	Comments:	

BRASIL

PROFISCO – ALAGOAS

**PROJETO DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FAZENDÁRIA DE ALAGOAS
(PROFISCAL/AL)
(BR-L1230)**

ESTRATÉGIA DE SALVAGUARDAS AMBIENTAL E SOCIAL

Em relação às questões de salvaguardas ambientais e sociais, o Projeto obteve uma classificação “C”, de acordo com os critérios do “Sustainable Finance Toolkit” do Banco (ver Anexo II), que é consistente com a avaliação da equipe de projeto por se tratar de operação de modernização institucional de uma Secretaria de Finanças. Não se espera que o Programa tenha impactos ambientais e sociais negativos, conseqüentemente, não se considera necessária a preparação de uma Estratégia Ambiental e Social (EAS) para o Projeto.

BRASIL

PROFISCO – ALAGOAS
Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fazendária de Alagoas
(PROFISCAL)
(BR-L1230)

ÍNDICE DOS TRABALHOS SETORIAIS CONCLUÍDOS E PENDENTES

Estudos	Descrição	Data Esperada	Referências e Links arquivos técnicos
	1. Macro Diagnóstico Institucional-Fiscal.	Concluído	IDBdocs1985033
	2. Matriz de Problemas, Soluções e Resultados.	Concluído	IDBdocs1984895
	3. Balanço Geral do Estado de Alagoas 2008.	Concluído	IDBdocs1984831
	4. Carta-consulta PMAE/BNDES.	Concluído	IDBdocs1984820
	5. Plano Estratégico do Governo do Estado de Alagoas	Concluído	IDBdocs1985018
	6. Programa de Ajuste Fiscal do Estado de Alagoas – STN Anexos I a V.	Concluído	IDBdocs1984845
	7. Relatório de Encerramento do PNAFE/AL (PCR).	Concluído	IDBdocs1984852
Análise de risco.	Aplicação da metodologia de análise de risco com participação dos órgãos envolvidos no Projeto.	A definir	
Mecanismo de execução e questões fiduciárias e de controle.	Proposta de mecanismo de execução do projeto incluindo: (i) descrição da estrutura organizacional vinculada à execução do Projeto; (ii) atribuições e competências da unidade executora; (iii) gestão financeira e auditoria; (iv) aspectos orçamentários; e (v) apropriação institucional dos resultados do Projeto.	12 de junho de 2009	
Análise financeira do Projeto.	Quadros demonstrativos dos ganhos financeiros em produtos selecionados. Relatório da análise financeira do Projeto.	05 de junho de 2009 05 de junho de 2009	
Atores-chave e questões políticas.	Preparação de minutas de convênios para viabilizar a participação de atores-chave na execução do projeto	N/A	
Plano de Ações e Investimento (PAI) do Projeto.	Detalhamento das atividades e orçamento do Projeto.	12 de maio de 2009	
Marco de Resultados do Projeto com Linha de Base	Detalhamento dos resultados esperados relativos à produtos selecionados.	05 de junho de 2009	

Anexo V

Este anexo fue extraido por ser confidencial.